

Moradores recebem carta sobre ciclovias

Os moradores do Lago estão recebendo, desde ontem, correspondência do secretário de Viação e Obras, Carlos Magalhães, expondo os motivos que levaram o Governo do Distrito Federal a construir o Calçadão do Lago Sul e, pedir licença aos proprietários de imóveis situados às margens do Paranoá, para que a obra transcorra normalmente.

Segundo o secretário, serão construídos 5 quilômetros de passeios públicos, na região da Península dos Ministros e entre as duas pontes que ligam o setor residencial ao Plano Piloto. "O Calçadão do Lago faz parte da retomada do projeto urbanístico de Lúcio Costa, que prevê as margens do lago como áreas de uso público, exceto os setores de Clubes", acentua.

Os caminhos que serão abertos servirão para uso dos moradores das QI e QJ, "uma vez que a presença ali, de não residentes na região, será apenas eventual", conforme palavras do próprio urbanista. Por isso, a obra começou pelas áreas mais densamente construídas", informa a carta do secretário.

Na correspondência, o secretário de Viação e Obras acentua que, o governador José Aparecido regulariza o uso e ocupação do solo, na defesa do patrimônio comum, ao determinar a realização do projeto de Oscar Niemeyer. As cartas encaminhadas pelo Governo do Distrito Federal esclarecem pontos que até agora só serviram para gerar uma polêmica que não agrada ao governador.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE VIACAO E OBRAS

Brasília, 27 de agosto de 1985

Senhor(a) Proprietário(a),

Começa, agora, a obra do Calçadão do Lago Sul, que a cidade apelidou de "Ciclovias". Serão cerca de 5 quilômetros, na região situada na Península dos Ministros e entre as duas pontes que ligam o Setor de Habitações Individuais Sul ao Plano Piloto.

O Calçadão do Lago faz parte da retomada do projeto urbanístico de Lúcio Costa. Por esse projeto, as margens do Paranoá são áreas de uso público, e não só em casos específicos, como os Setores de Clubes, por exemplo.

Para regiões como as do SHI-Sul, estavam previstas grandes áreas verdes de livre acesso ao lago. Os caminhos previstos e que agora abriremos devem prestar-se, na prática, ao uso dos moradores das QI e das QJ, "uma vez que a presença ali, de não residentes na região, será apenas eventual". As palavras são do próprio Lúcio Costa. Por isso mesmo, a obra vai começar pelas áreas mais densamente construídas.

Devo reconhecer, desde logo, a responsabilidade do Poder Público pela omissão ao longo dos anos. O desacaso pegou muita gente desprevenida: os jardins das casas foram aos poucos ocupando as futuras passagens de pedestres. E as chamadas "pontas de picolé" se estenderam, em muitos casos, até a margem do Lago.

O Governador José Aparecido de Oliveira, ao determinar que a Secretaria de Viação e Obras realize o projeto de Oscar Niemeyer, regulariza, mais uma vez, o uso e ocupação do solo, na defesa do patrimônio comum. Todos testemunharam que as invasões de terra na periferia das Cidades Satélites, nos primeiros dias de junho, foram prontamente enfrentadas. Com a base ética de uma política serena, firme e segura, os loteamentos irregulares denominados "condomínios" estão também sendo legalmente combatidos. A negligência já envolve ameaça concreta à qualidade de vida no Distrito Federal, pois vinte e cinco "condomínios" acham-se situados na bacia do córrego São Bartolomeu, poluindo a única nova fonte disponível de água potável com que a Capital do Brasil poderá contar nos próximos anos.

Por outro lado, o Calçadão do Lago tem finalidade ecológica, delimitado o perímetro do Paranoá, será possível impedir os aterros, a erosão nas suas margens, o assoreamento de seu leito, e identificar os lançamentos clandestinos de esgotos domésticos.

O Calçadão do Lago será de todos. Mas sobretudo do do seu lote e do seus vizinhos. Nesta primeira etapa, venho pedir a colaboração dos proprietários que moram onde o caminho vai passar. O Governo do Distrito Federal pede licença para que a obra transcorra normalmente.

As vias de acesso ao Calçadão descem e partem da Estrada Parque, passando entre os conjuntos residenciais. Os proprietários devem reconhecer a importância de seu papel em todos os detalhes da obra, que em nenhum caso passará a menos de dez metros do limite legal de cada lote.

Contamos com sua ajuda para a conquista deste espaço democrático que defende o Lago e servirá aos brasilienses.

Cordialmente,

CARLOS MAGALHÃES DA SILVA
Secretário de Viação e Obras